

# Maternidade na adolescência: uma nova forma de constituição de famílias?



ANA AMÉLIA CAMARANO\*

## INTRODUÇÃO

A formação de uma nova família é considerada um elemento importante do processo de transição para a vida adulta. Para muitos autores é vista, inclusive, como a etapa final do processo. No entanto, não existe um consenso sobre o evento que caracteriza o início da formação de família: casamento, saída da casa dos pais ou nascimento do primeiro filho. Para alguns autores, o nascimento do primeiro filho marca o estágio final do processo de transição para a vida adulta (CORIJN, 1999; BILLARI, 2001). Já Madeira (2006) aponta o casamento como o evento definidor da entrada para a vida adulta.

O modelo tradicional de transição pressupõe que esses três eventos ocorrem de forma seqüenciada. A literatura<sup>1</sup> já apontou indicações de que essa seqüência está se despadronizando e/ou os *timings* estão se alterando. O casamento e o nascimento do primeiro filho podem ocorrer sem a saída da casa dos pais e esta pode ocorrer independente do casamento, e tanto o casamento como a saída de casa podem ser reversíveis. Além disso, mudanças estrutu-

\* A autora agradece a Adriana Andrade pela elaboração das tabulações aqui apresentadas.

1. Ver, por exemplo, Camarano *et alli* (2006), Camarano, Kanso e Mello (2006), Mello (2005), Camarano *et alli* (2004) dentre outros.

rais no mercado de trabalho passaram, por um lado, a demandar escolarização crescente para uma participação bem sucedida neste e, por outro, reduziram as oportunidades de ingresso para os jovens. Tais mudanças associadas às em curso nas relações intergeracionais, que resultaram em maior autonomia dos jovens independentemente da autonomia financeira, levaram ao adiamento da saída da casa dos pais, da vida conjugal e reprodutiva (HELBORN e CABRAL, 2006). Isto levou ao aparecimento na literatura da discussão sobre o “prolongamento da juventude”.

Até que ponto esse modelo se adequa à realidade brasileira, dadas as suas acentuadas desigualdades sociais e regionais, é uma pergunta de difícil resposta. No caso brasileiro, há que se considerar o aumento da fecundidade na adolescência em curso desde os anos 70 que parece ter levado à antecipação da entrada na vida adulta ou a uma “condensação” do processo de transição, segundo Helborn e Cabral (2006). Uma das premissas básicas deste trabalho é que o processo de transição para a vida adulta é diferenciado por gênero, etnia, regiões geográficas, classes sociais etc. A pergunta deste trabalho é em que medida a fecundidade na adolescência “antecipou” o processo de constituição de família das jovens brasileiras e se isto ocorreu de forma diferenciada por cor/etnia.

A resposta à pergunta formulada requer, em primeiro lugar, entender o que determina o processo de formação de família. O conceito de família como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e residentes em uma unidade doméstica (arranjo familiar) é muito utilizado na Demografia e na Economia. Isto se deve, em grande parte, à sua operacionalidade dado que a maioria dos trabalhos é baseada em dados oriundos de pesquisas domiciliares oficiais. No entanto, tal conceito não incorpora o papel desempenhado pelas redes ampliadas de parentesco para as estratégias familiares de sobrevivência (BRUSCHINI, 1989). Acredita-se que a cooperação e a solidariedade existentes entre os membros das famílias devem extrapolar os limites do domicílio. Isto pode acontecer, particularmente, entre os arranjos familiares de jovens. Desconsiderar esse fenômeno pode resultar em uma desvalorização das experiências cotidianas que, embora não impliquem em convivência, funcionem como famílias ampliadas. Esse pode ser o caso de jovens que, casados ou não, saíram da casa dos pais ou parentes sem terem alcançado independência econômica total, ou seja, que ainda necessitam de algum tipo de suporte (CAMARANO *et allii*, 2006).

Os dados utilizados neste trabalho são os dos Censos Demográficos de 1980 e 2000. Estas pesquisas alocam os moradores de um domicílio inves-

tigado em dois grupos: famílias e domicílios.<sup>2</sup> A definição de domicílio é diferente da de família. Aproxima-se da de unidade de produção e consumo, onde os bens duráveis e não-duráveis são compartilhados, pautando a relação de convivência entre seus membros. As famílias são subconjuntos dos domicílios. Para a maioria da população, esses agrupamentos coincidem, pois o arranjo familiar predominante no Brasil é o nuclear. No entanto, é possível que entre a população jovem se encontre uma proporção mais elevada de famílias conviventes<sup>3</sup> relativamente à população dos demais grupos etários.

O conceito de famílias nas pesquisas domiciliares do IBGE aproxima-se muito do de família nuclear. É constituída por uma pessoa adulta, que é a pessoa de referência ou chefe, seu cônjuge, se for o caso, ou pessoas que podem estar vinculadas a ele (a) como parentes ou não parentes, comportando apenas duas gerações sucessivas de parentes de primeiro grau e descendentes.<sup>4</sup> De acordo com esse conceito “grupos sem parentesco entre seus membros (como uma república de estudantes, por exemplo) constituem uma família, assim como alguns grupos de parentes entre si (um casal com filha e netos) são entendidos como duas famílias residentes na mesma habitação” (MEDEIROS, OSÓRIO e VARELA, 2002; CAMARANO *et allii*, 2006). Embora baixo, tem crescido o número de mães jovens ou casais jovens que vivem nos domicílios com seus pais ou parentes. Tais arranjos são considerados como novas famílias no interior dos domicílios de origem. Na maior parte dos casos, são constituídos por mãe e filho, casal, casal com filhos etc, que compartilham um orçamento comum, os bens duráveis etc, sem constituírem núcleos independentes do ponto de vista

- 
2. A definição do IBGE considera domicílios como moradias estruturalmente independentes, constituídas por um ou mais cômodos com acesso privativo. Os domicílios particulares, objeto de estudo, são caracterizados por servirem de moradia a, no máximo, três famílias, ainda que a moradia esteja localizada num estabelecimento industrial ou comercial. Os domicílios são constituídos por “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica que morem num mesmo domicílio; pessoa que more sozinha num domicílio particular e o conjunto de, no máximo, cinco pessoas que morem num domicílio particular embora não estejam ligados por laços de parentesco ou de dependência doméstica”, para os quais se ressaltam, na definição do Censo Demográfico de 2000, “as regras de convivência” (IBGE, 2002).
  3. Famílias que convivem num mesmo domicílio. Para uma maior discussão sobre o sistema de informações brasileiras sobre famílias e domicílios, consulte: Medeiros, Osório e Varella (2002) e Ramos (2004).
  4. No caso de parentes ascendentes ou pessoa de referência sem cônjuge, o conceito inclui a convivência de três ou mais gerações. Ver: Medeiros, Osório e Varella (2002).

econômico.<sup>5</sup> Mas são famílias caso se aceite que casamento e maternidade são eventos que desencadeiam o processo de sua formação.

Como já se mencionou, o objetivo deste trabalho é analisar se a fecundidade das adolescentes brasileiras resultou na antecipação do processo de formação de família. Parte-se da premissa de que a maternidade, *per se*, já significa a constituição de uma nova família. O que se busca avaliar é em que medida essa fecundidade ocorreu ou resultou numa união conjugal, se levou à constituição de um novo domicílio e se ocorreu diferenciadamente por cor/etnia. A unidade de análise são as jovens adolescentes de 13 a 19 anos.<sup>6</sup> Trabalhou-se com duas categorias de cor/etnia: brancas e negras, aqui incluídas pretas e pardas. Foram considerados os anos de 1980 e 2000.

O trabalho está estruturado em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. A seção a seguir descreve o comportamento da fecundidade das adolescentes brasileiras em 1980 e 2000. Busca-se saber quais foram as adolescentes que tiveram filhos. A outra seção trata da inserção domiciliar das adolescentes mães. Busca-se inferir nessa seção em que contexto familiar a maternidade ocorreu ou desencadeou: casamento e/ou constituição de um novo domicílio.<sup>7</sup>

## I. QUAIS ADOLESCENTES TIVERAM FILHOS?

**A** maternidade na adolescência não é um fato novo na História. É uma realidade antiga na América Latina, sendo mais expressiva na América Central (GUPTA e LEITE, 1999 *apud* HELBORN e CABRAL, 2006). O crescimento da fecundidade desse grupo de mulheres num contexto de fecundidade geral baixa ou em declínio foi um dos fatos geradores de uma expressiva apreensão na sociedade e levou a que esta questão fosse colocada na agenda das políticas públicas, dos estudos acadêmicos e que tivesse muita repercussão na mídia. Isto não se verificou apenas nos países em desenvolvimento. Nos anos 1980, ocorreu, também, em países europeus e nos Estados Unidos (CAMARANO, 1998). Entre as adolescentes brasileiras, foi observa-

- 
5. Uma discussão sobre esse tipo de arranjo familiar como estratégia de sobrevivência no Estado do Rio de Janeiro pode ser encontrada em Ramos (2004).
  6. Considerou-se apenas maternidade pelo fato das pesquisas oficiais não levantarem informações sobre a fecundidade dos homens.
  7. As informações disponíveis não permitem inferir sobre o *timing* dos eventos, ou seja, quando eles ocorreram. Por exemplo, informações sobre estado conjugal e materno referem-se ao momento da pesquisa. Não se sabe, portanto, se a maternidade ocorreu, realmente, dentro de uma união ou se ela resultou em uma união.

do que a sua fecundidade aumentou entre 1960 e 1995 (CAMARANO, 1998). Berquó e Cavenaghi (2005) já apontaram uma diminuição da fecundidade desse grupo etário a partir de 2000.

Essa fecundidade chegou a ser considerada “precoce” não apenas por razões biológicas relacionadas ao desenvolvimento humano mas, principalmente, porque a gestação nessas idades antecipa os movimentos socialmente institucionalizados para a reprodução. Isto traz uma série de resultados indesejados para as mulheres e seus filhos. É sempre associada à pobreza e à violência urbana do país (OLIVEIRA, 2005; VIEIRA, 2005 *apud* HELBORN e CABRAL, 2006) e considerada uma desvantagem social para as mães (MEDEIROS, 1998).

Acredita-se que parte da visibilidade assumida pela maternidade na adolescência deve-se à redução acentuada da fecundidade na população maior de 20 anos, o que, de fato, faz com que a fecundidade deste grupo assuma uma proporção relativamente mais alta. Além disso, esse aumento foi mais expressivo nas regiões mais pobres do país, nas áreas rurais e entre mulheres menos educadas (CAMARANO, 1998). Também contribuiu para a sua maior visibilidade o fato da maior proporção de nascimentos na adolescência ocorrer fora de uma união (LONGO e RIOS-NETO, 1998, *apud* HELBORN e CABRAL, 2006). Além disso, o aumento da escolaridade e as mudanças no papel social da mulher abriram novas expectativas sociais em relação à juventude (SABÓIA, 1998, *apud* HELBORN e CABRAL, 2006; MADEIRA, 2006).

À guisa de conclusão, salienta-se que as percepções sobre a fecundidade/maternidade na adolescência não levam em consideração as mudanças na sexualidade e na nupcialidade em curso não só no Brasil mas em todo o mundo. Essas mudanças incidiram mais sobre as mulheres e se expressam, entre outros fatores, pela dissociação entre sexualidade e casamento, pelo aumento das coabitacões e o início mais cedo da vida sexual. A constatação dessas mudanças no panorama internacional levou vários demógrafos a generalizá-las e a contextualizá-las num arcabouço teórico, denominando “segunda transição demográfica”.<sup>8</sup>

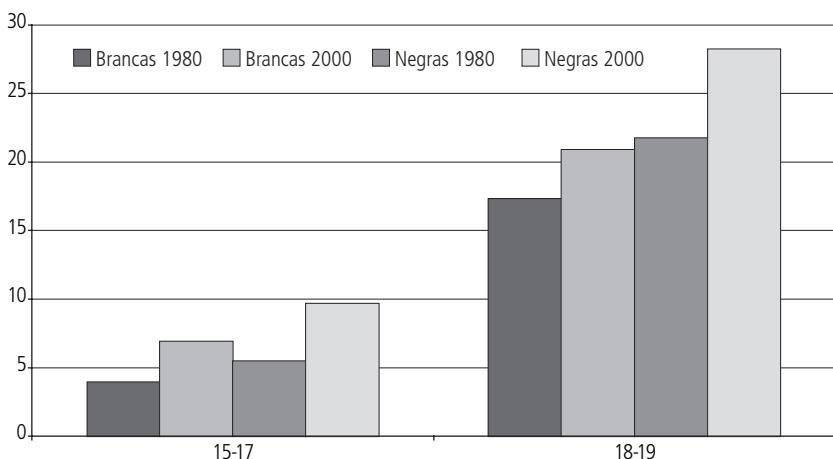
### I.I A maternidade na adolescência

O aumento da fecundidade entre as mulheres menores de 19 anos levou a que mais adolescentes já fossem mães em 2000 em relação a 1980. A pro-

8. Vide, por exemplo, Lesthague (1995) e Torrado (2006).

porção de mães jovens passou de 10,1% para 14,7%. Este aumento ocorreu nos dois grupos étnicos considerados bem como nos dois grupos etários.<sup>9</sup> Em 1980, a maior proporção de mães adolescentes era encontrada entre as mulheres negras e com idades compreendidas entre 18 e 19 anos. Embora tanto entre as mulheres brancas quanto entre as negras a maior proporção de mães encontrava-se entre as adolescentes mais velhas, o aumento relativo observado no período foi mais elevado entre as mais jovens, conforme pode se observar no Gráfico 1. Já com relação à cor/etnia, as variações observadas no período ocorreram na mesma intensidade nos dois grupos étnicos e, consequentemente, foi entre as negras que se encontrou a maior proporção de mães jovens.

**Gráfico I.** Proporção de mulheres brasileiras de 15 a 19 anos que tiveram filhos por grupo étnico segundo grupos de idade.



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração da autora.

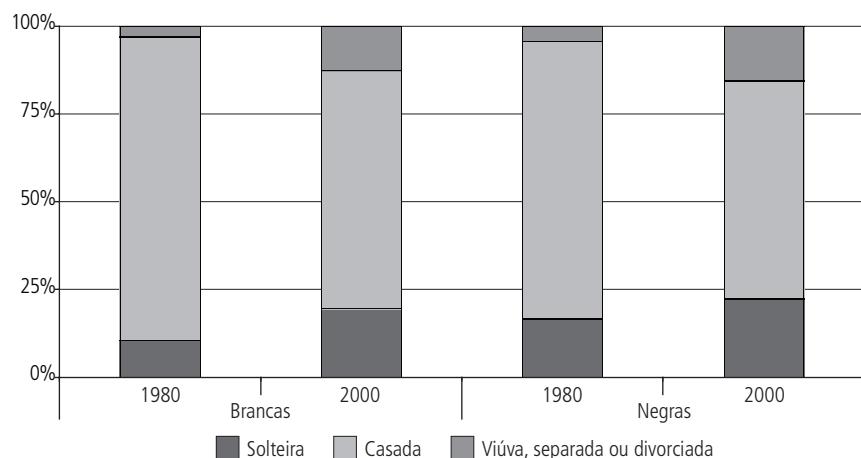
## 1.2 Quem são as mães adolescentes?

Ao contrário do apontado pela literatura, a maternidade entre as adolescentes ocorreu (ou desencadeou), principalmente, em uma união conjugal, como se pode ver pelo Gráfico 2. Isto não diferiu entre os dois grupos étnicos, muito embora seja entre as mulheres negras onde se verifica a mais ele-

9. Não foram consideradas as mulheres com menos de 15 anos porque, em 1980, as perguntas sobre filhos nascidos vivos foram dirigidas apenas às com idade superior a 15 anos.

vada proporção de mães solteiras nos dois anos considerados. O movimento observado no período foi o de aumento na proporção de mães solteiras e separadas, principalmente, entre as mulheres brancas. No entanto, em 2000, aproximadamente dois terços das mulheres que tiveram filhos haviam se declarado casadas. Esta proporção foi de 67,9% entre as brancas e 61,9% entre as negras.

**Gráfico 2.** Proporção de adolescentes brasileiras que tiveram filhos por estado conjugal segundo grupo étnico.

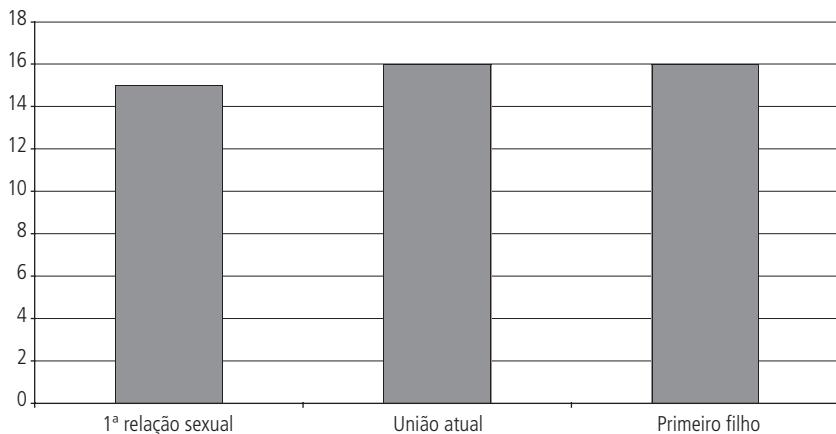


Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração da autora.

Como já se mencionou, as informações sobre estado conjugal referem-se ao momento da pesquisa, o que não permite inferir se a maternidade ocorreu, realmente, dentro de uma união ou se ela resultou em uma união. Uma inférfica pode ser obtida com os dados da pesquisa *Demographic and Health Survey* (DHS) de 1996, que levantou informações sobre a idade à primeira relação sexual, à primeira união e ao primeiro filho. O Gráfico 3 compara a idade mediana à primeira relação sexual e à união atual<sup>10</sup> das mulheres de 15 a 19 anos na pesquisa mencionada. Pode-se observar que a iniciação da vida sexual ocorreu um ano antes do casamento e a idade à entrada na união coincidiu com a idade ao primeiro filho. Estes resultados sugerem que, de uma maneira geral, foi a maternidade que propiciou a união conjugal.

10. Está se assumindo que a união atual é a primeira união.

**Gráfico 3.** Idade mediana à primeira relação sexual, à união atual e ao primeiro filho das mulheres brasileiras de 15 a 19 anos – 1996.



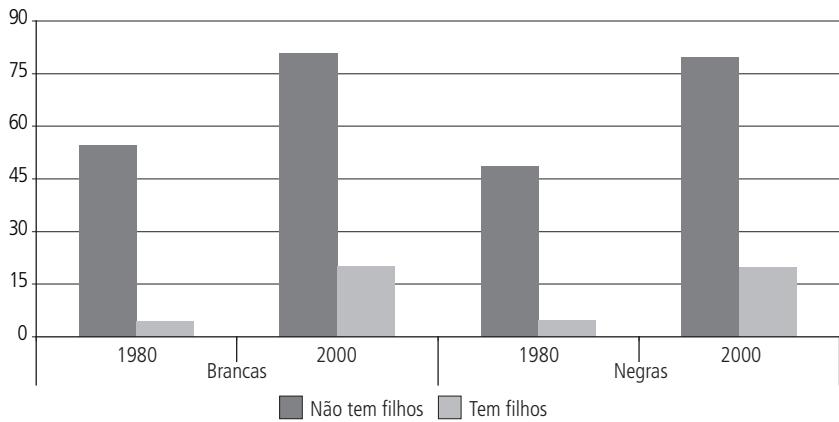
Fonte: BEMFAM, DHS 1996. Elaboração da autora.

Um dos pontos apontados pela literatura como uma desvantagem da maternidade entre as adolescentes é a interrupção precoce dos estudos seja para que a mãe possa cuidar da criança ou por uma necessidade de participar no mercado de trabalho sem uma preparação adequada. O Gráfico 4 mostra que as mulheres que não tiveram filhos freqüentavam mais a escola do que as que tiveram, independente da cor/etnia. Muito embora essa proporção tenha crescido expressivamente no período estudado, a referente a jovens que não tiveram filhos era aproximadamente quatro vezes mais elevada que a das que tiveram nos dois grupos étnicos. Na verdade, em 2000, praticamente não se encontravam diferenças na proporção estudada por grupos étnicos.

Um ponto em discussão na literatura é se as diferenças no percentual de freqüência à escola podem ser explicadas por diferenças preexistentes no perfil educacional das mulheres.<sup>11</sup> Ou seja, pergunta-se se as mulheres têm filhos porque não freqüentam a escola ou deixam de freqüentar a escola porque têm filhos? Medeiros (1998), com base no quesito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 “se anteriormente freqüentava a escola”, concluiu que as baixas taxas de freqüência à escola por parte das mães são consequência da maternidade. Já Helborn e Cabral (2006), com base em dados de uma pesquisa de campo, mostraram que uma proporção expressiva das adolescentes que engravidaram não freqüentava a escola naquele momento.

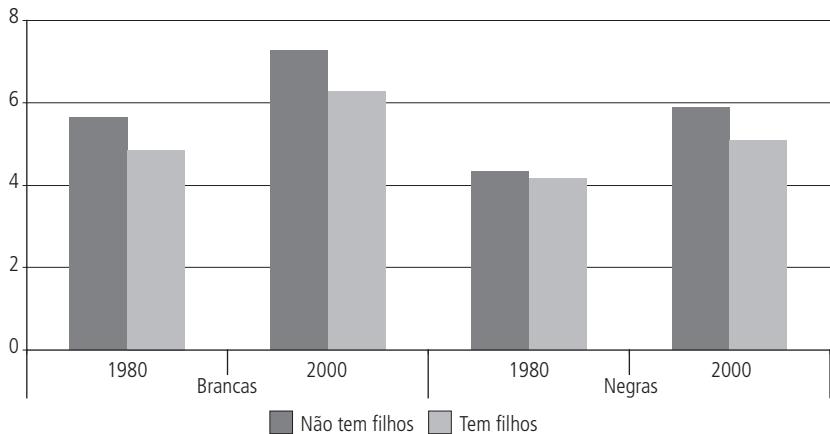
11. Ver, por exemplo, Medeiros (1998) e Corrêa (2004).

**Gráfico 4.** Proporção de mulheres brasileiras de 15 a 19 anos que freqüentavam a escola pela condição de maternidade segundo o grupo étnico.



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração da autora.

**Gráfico 5.** Número médio de anos de estudo das mulheres brasileiras de 15 a 19 anos por grupo étnico segundo a condição de maternidade.



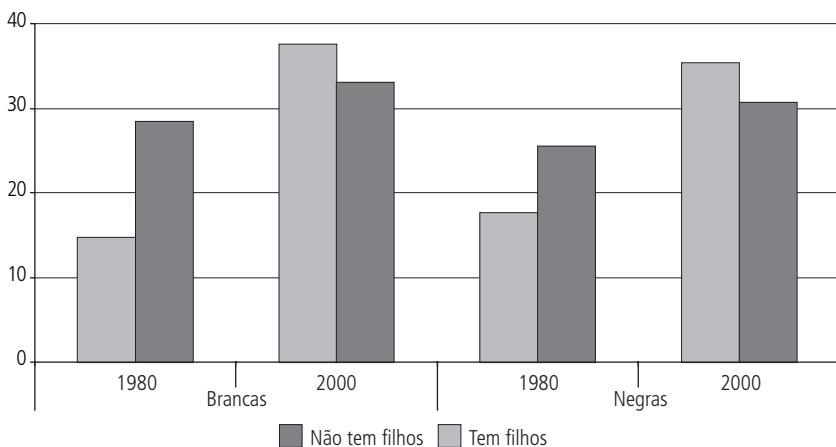
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração da autora.

O Gráfico 5 mostra que a escolaridade das jovens mães brancas, medida pelo número médio de anos de estudo, era, também mais baixa do que a das mulheres que não tiveram filhos. A escolaridade média dos dois grupos aumentou no período considerado, mantendo a mesma diferença relativa.

Quanto às mulheres negras, como esperado, a sua escolaridade era mais baixa que a das brancas, e a diferença relativa dentro deste grupo quando se considera a maternidade era menor que a observada entre as mulheres brancas, muito embora tenha aumentado entre 1980 e 2000.

A literatura aponta que, em geral, os filhos afetam a participação das mulheres no mercado de trabalho no sentido de reduzi-la. Por outro lado, não é incomum que mulheres jovens inseridas em famílias em situação socioeconômica mais desvantajosa tenham que buscar trabalho para contribuir para o sustento do filho, mesmo que seja de forma parcial. O Gráfico 6 mostra que, em 1980, as taxas de atividade das jovens mães eram mais baixas que a das não mães. Isto acontecia entre as brancas e negras, mas a diferença era maior entre as brancas. Também, neste ano, a participação das mães negras era mais alta que a das brancas e o inverso ocorria entre as não mães. Em 2000, a situação se inverteu. As jovens mães apresentavam uma participação mais elevada que as demais mulheres sendo a das brancas mais elevada que a das negras. Tal inversão pode ser o resultado do aumento da participação de jovens não casadas dentre as mães e, como será visto posteriormente, de mães que não saíram da casa dos pais. Ou seja, são mães que precisam aportar uma contribuição monetária maior para o sustento dos filhos.

**Gráfico 6.** *Taxas de participação no mercado de trabalho das mulheres brasileiras de 15 a 19 anos por condição de maternidade segundo o grupo étnico.*

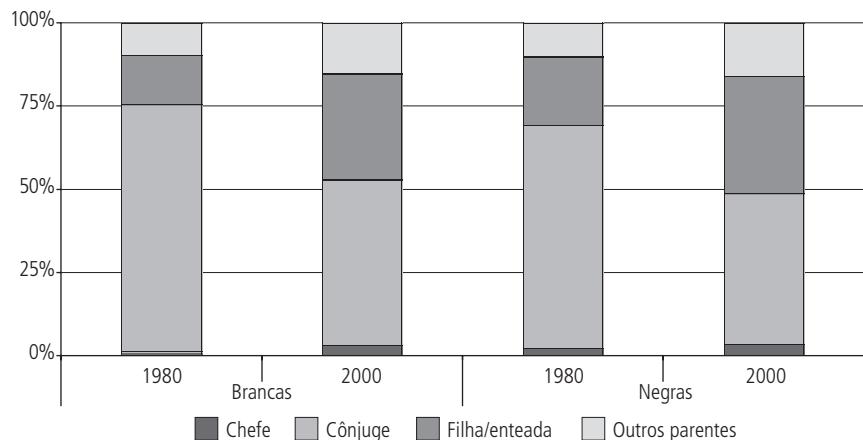


Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração da autora.

## 2. CONSTITUEM FAMÍLIA AS MÃES ADOLESCENTES?

**A** hipótese deste trabalho coincide com a definição de família utilizada nas pesquisas do IBGE de que a maternidade implica na formação de um novo núcleo familiar, independente do casamento e/ou da saída da casa dos pais. Nesta seção, investiga-se como esses novos núcleos familiares se organizaram. Para isto, utilizou-se como elemento definidor a posição que as jovens ocupavam no domicílio: chefe e cônjuge, os que saíram, e filho ou outro parente, os que ainda permaneciam ou retornaram.<sup>12</sup>

**Gráfico 7.** *Distribuição proporcional das mães adolescentes brasileiras pela posição no domicílio segundo grupo étnico.*



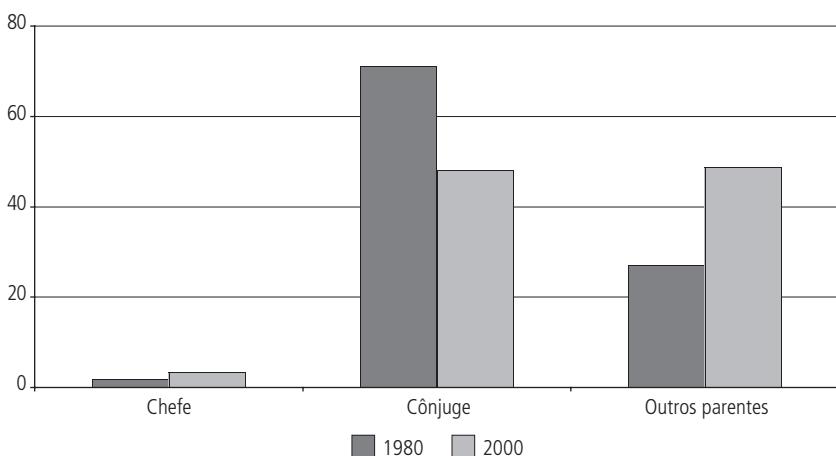
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração da autora.

O Gráfico 7 apresenta a distribuição proporcional das jovens mães pela posição no domicílio. Coincidindo com as mudanças observadas anteriormente no estado conjugal, a maior proporção de mães adolescentes estava na condição de cônjuges do chefe do domicílio. Ou seja, saíram da casa dos pais e moravam com um companheiro. Isto acontecia tanto para as brancas quanto para as negras. Dado que se reduziu a proporção de mães casadas entre 1980 e 2000, consequentemente, diminuiu a de mães na posição de cônjuges entre os dois grupos étnicos. Entre as brancas, essa continuou sendo a pro-

12. A informação levantada diz respeito à posição atual no domicílio. Por isso, não é possível inferir se as pessoas que foram classificadas como filha já haviam saído (ou não) e depois retornaram.

porção mais elevada, em torno de 50%. Entre as negras, a proporção mais elevada era formada por filhas ou outro parente, ou seja, de mulheres que não haviam saído de casa. O crescimento do percentual de separadas sugere um retorno à casa dos pais ou de parentes. Aí se encontravam 75% das mães separadas. Pode, também, explicar o crescimento ainda que pequeno das mães adolescentes na condição de chefes de família. Por outro lado, há que se considerar o incremento no percentual de mães casadas morando na casa de pais ou parentes, que passou de 14,6% para 25,1%.<sup>13</sup>

**Gráfico 8.** *Distribuição proporcional dos domicílios brasileiros com mães adolescentes segundo a posição da mãe no domicílio.*



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000. Elaboração da autora.

Para detalhar um pouco mais as famílias que essas mães adolescentes formaram, utilizando como unidade de análise o domicílio onde elas estavam inseridas, construiu-se uma tipologia com três tipos de domicílios: aqueles onde a jovem mãe estava na condição de chefe, os em que a sua posição era a de cônjuge e os onde ela ocupava a condição de filha ou outro parente. Foram analisadas algumas características dos arranjos encontrados nesses três tipos de domicílios. Não foi considerada a desagregação por cor/etnia. O Gráfico 8 apresenta a distribuição proporcional dos domicílios que continham mães adolescentes em 1980 e 2000. Coerentemente com o que foi visto anteriormente, em 1980, em 71% dos domicílios as mães eram cônjuges. Esta pro-

13. Dados não mostrados.

porção caiu para 48% em 2000 e ficou aproximadamente igual a dos domicílios onde as mães eram filhas ou outras parentes. Era muita baixa a proporção de domicílios onde a adolescente era chefe, 3,1% em 2000, o que pode ser explicado pela sua baixa idade, mas em 1980, este grupo praticamente não existia. Em outras palavras, o crescimento das famílias formadas por essas jovens não vem sendo acompanhado em sua totalidade pela saída da casa dos pais. Portanto, esses dados sugerem que novos arranjos familiares parecem estar se formando entre as mulheres jovens, com possíveis influências no adiamento da idade de saída da casa dos pais.

**Tabela I.** Características dos domicílios segundo a presença de mulheres adolescentes que tiveram filhos. Brasil, 2000.

Tipo de domicílio	Adolescente é chefe	Adolescente é cônjuge	Adolescente é filha ou outro parente
Percentual de domicílios	3,3	48,0	48,7
Tamanho Médio	3,0	3,4	6,8
Idade média do chefe	17,7	24,9	48,8
Escolaridade média do chefe	5,5	5,1	3,8
Rendimento médio do chefe (R\$)	105,8	252,4	424,8
Rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	98,7	111,0	125,5
% Domicílios Pobres	59,5	51,1	48,7

Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração da autora.

A Tabela 1 apresenta algumas características dos domicílios onde as jovens mães estavam inseridas segundo a tipologia estabelecida. Esta análise considerou apenas o ano 2000. Nos domicílios onde a jovem mãe era chefe, a sua idade média era inferior a 18 anos e, a maioria já era separada, 44,4%.<sup>14</sup> Muito embora, a sua escolaridade fosse mais alta que a dos demais chefes, o seu rendimento médio era bem mais baixo, apesar das diferenças no rendimento médio domiciliar *per capita* não serem expressivas. Isso se deve ao momento no ciclo de vida desses chefes, ou seja, a sua menor idade, com consequente menor experiência profissional, o que deve resultar em uma remuneração relativamente mais baixa. Por outro lado, o tamanho médio desses

14. Dados não mostrados.

domicílios era menor que os demais, mas aí residiam, em média, três pessoas. Isto explica o fato de 47,4% das mães chefes não terem nenhuma renda, apesar de 58% participarem do mercado de trabalho (Tabela 2). Ou seja, essas mães dependiam da renda de alguma outra pessoa do domicílio, o que correspondeu a aproximadamente 60% da renda domiciliar. Aí se encontrava a maior proporção de domicílios pobres, domicílios cujo rendimento estava abaixo de meio salário mínimo.<sup>15</sup>

**Tabela 2.** *Algumas características das mulheres adolescentes que tiveram filhos. Brasil, 2000.*

Tipo de domicílio	% Frequent a Escola	% Mercado de Trabalho	% Tem Renda	% na Renda Domiciliar
Adolescente é chefe	17,6	58,0	52,6	40,7
Adolescente é cônjuge	11,6	27,8	15,2	7,9
Adolescente é filha ou outro parente	28,3	42,5	25,8	5,9

Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000. Elaboração da autora.

Nos domicílios onde a mãe era cônjuge, a idade média do chefe, seu companheiro, estava em torno de 25 anos, ou seja, era, no mínimo seis anos mais velho que a mãe. A escolaridade do chefe era semelhante à da mãe chefe, mas o seu rendimento médio era mais que o dobro desta. A participação no mercado de trabalho das mães era muito baixa e mais baixa ainda era a proporção que freqüentava a escola. Apenas 15,2% das cônjuges mães tinham alguma renda, o que significava um aporte de 7,9% do orçamento familiar. Conseqüentemente, a metade desses domicílios podia ser considerada pobre (vide Tabelas 1 e 2).

Em quase a metade dos domicílios com mães jovens, estas continuavam morando na casa dos pais ou parentes. O estado conjugal predominante dessas mulheres era o de solteiras, 40,1%, mas aproximadamente um terço era de casadas que não saíram de casa. Estes eram domicílios grandes, ou seja, contavam com 6,8 residentes e aproximadamente a metade eram pobres. No entanto, isso não significou uma maior freqüência à escola por parte das jovens mães; a proporção que freqüentava foi de 28,3%. Apesar de 42,5% delas estarem no mercado de trabalho, a proporção das que

15. Estipulou-se 1/2 salário mínimo como o rendimento médio domiciliar *per capita*

tinham alguma renda era de 25,5% e aportavam apenas 5,9% no orçamento familiar. Isto sugere uma dependência econômica sobre os outros membros dos domicílios.

Esses resultados levantam a questão se esse arranjo familiar representa uma estratégia de sobrevivência, o que seria mais comum entre os jovens e os arranjos chefiados por mulheres. Ramos (2004) mostrou que os arranjos monoparentais femininos, em particular o composto por chefe mulher com filhos na região metropolitana do Rio de Janeiro, tinham como estratégia a co-residência em domicílios com renda suficiente para garantir a sua sobrevivência. A autora encontrou que, em 2000, 11,5% das famílias nesse tipo de arranjo não tinham nenhum rendimento familiar. Isso sugere que essas famílias compartilham dos recursos dos outros membros do domicílio, como parece acontecer, também, nos outros tipos de arranjos.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se mencionou na introdução deste trabalho, o seu objetivo era analisar o processo de formação de família das jovens adolescentes brasileiras que se tornaram mães. Buscou-se avaliar em que medida esse processo estava de alguma forma associado ao casamento e à saída de casa dos pais ou de origem.

Ao contrário do apontado pela literatura, a maternidade entre as adolescentes ocorreu (ou resultou), principalmente, dentro de uma união conjugal, tanto entre as mulheres brancas quanto entre as negras, muito embora o casamento não tenha significado, necessariamente, a saída da casa dos pais. O movimento ocorrido no período foi no sentido de aumentar a proporção de mães solteiras e separadas e o maior incremento nessa proporção ocorreu entre as mulheres brancas. No entanto, em 2000, aproximadamente dois terços das mulheres que tiveram filhos haviam se declarado casadas.

Assumindo que a maternidade é um processo desencadeador da formação de família e que, entre 1980 e 2000, uma maior proporção de mulheres se tornou mãe, não se pode, portanto, falar em adiamento do processo de constituição de família. O que parece ter acontecido é que uma proporção maior de jovens constituiu família sem ter saído da casa dos pais. O que se pode concluir é por uma mudança na sua composição provocada pelo aumento do número de famílias conviventes.

Um outro ponto a ser ressaltado é que aproximadamente a metade dos domicílios que contavam com mães jovens residindo eram domicílios consi-

derados pobres. A associação entre as etapas do ciclo familiar e o nível de pobreza é bastante comum na literatura. Nas famílias de jovens em geral, encontra-se um número maior de pessoas que não trabalha e uma maior dependência da renda do chefe. Em aproximadamente a metade dos domicílios estudados, os chefes eram jovens. O momento no ciclo de vida desses chefes, ou seja, a sua menor idade, com consequente menor experiência profissional, deve resultar em uma remuneração relativamente mais baixa. Por outro lado, apenas um terço das mães participava do mercado de trabalho e sua contribuição para a renda familiar não chegava a 8% da renda domiciliar. Não obstante a proporção de mães que freqüentava a escola era baixa. Ou seja, essas mães constituíram famílias assumindo o papel tradicional de mãe e cuidadora.

Os resultados aqui apresentados apontam para novas formas de constituição de família entre as adolescentes brasileiras. Aumento da escolarização, maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, mudanças na nupcialidade e no exercício da sexualidade são variáveis importantes na explicação dessas novas formas. Uma questão que se apresenta é se os novos arranjos aqui estudados são resultado da situação de pobreza das famílias de origem ou se são causadores desta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERQUÓ, E., CAVENAGHI, S. Increasing Adolescent and Youth Fertility in Brazil: A New Trend or a One-Time Event? In: ANNUAL MEETING OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA. Philadelphia, Pennsylvania, March 30 to April 2, 2005, Session #151, Adolescent Fertility in Developing Countries. (Mimeo).
- BILLARI, Francisco. The analysis of early life courses: complex descriptions of the transition to adulthood. *Journal of Population Research*, v. 18, Issue 2, p. 119-142, 2001.
- BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 1989.
- CAMARANO, A. A., MELLO, J. L., KANSO, S., ANDRADE, A. O processo de constituição de famílias entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: CAMARANO, A. A. (Org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 95-138.
- CAMARANO, A. A., MELLO, J. L., KANSO, S. Transição para a vida adulta: mudanças por período e por coorte. In: CAMARANO, A. A. (Org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 199-224.

CAMARANO, A. A., MELLO, J. L., PASINATO, M. T., KANSO, S. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Última Década*. Cidpa Valparaíso, 21, p. 11-50, dez. 2004.

CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. *Jovens acon tecendo na trilha das políticas públicas*. v. 1, p.109-33, Brasília: CNPD, 1998.

CORIJN, M. Transitions to adulthood in Europe for the 1950s and 1960s cohorts. In: EUROPEAN POPULATION CONFERENCE. CBGS-Werdocument, Bruxelas, set. 1999.

CORRÊA, Humberto. *A Fecundidade na Adolescência: a interpretação de um problema ou um problema de interpretação?* Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

HELBORN, M. L., CABRAL, C. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (Org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 2000: documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.

LESTHAEGUE, R. The second demographic transition in western countries. In: MASON, K. O., JERSON, A. M. (Eds.). *Gender and family change in industrialized countries*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

MADEIRA, F. Educação e desigualdade em tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (Org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 139-170.

MEDEIROS, M., OSÓRIO, R. *Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, 886).

MEDEIROS, M., OSÓRIO, R., VARELLA, S. *O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 e 1999*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, 860).

MEDEIROS, M. A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social. In: VIEIRA, E. M. (Org.). *Seminário Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família, 1998. p. 74-91.

MELLO, J. L. *Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005.

RAMOS, D. A. L. *As famílias da região metropolitana do Rio de Janeiro: uma análise de suas condições econômicas no período 1991-2000*. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Rio de Janeiro:

Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

TORRADO, S. Hogares y Familia en América Latina. In: II CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN (ALAP). Seção plenária “Hacia dónde va la población”. Guadalajara, México, 3 a 5 de setembro de 2006.

ANA AMÉLIA CAMARANO

Coordenadora da área de pesquisa de População e Família do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).